

## O CAMPO E O CAMPESINATO EM MOÇAMBIQUE SUBMETIDO A CAIXA DE PANDORA DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

### THE FIELD AND THE PEASANTRY IN MOZAMBIQUE SUBMITTED TO PANDORA'S BOX OF PRIMITIVE ACCUMULATION

Edson Batista da SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo discute a acumulação primitiva tecida pelo capitalismo no campo e no campesinato moçambicano. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências que discorrem sobre o campo e o campesinato moçambicano. Recorreu-se, também, à pesquisa documental em organizações que disponibilizam dados e informações sobre Moçambique, além da pesquisa de campo, com realização de observação sistemática, registro fotográfico e coleta de depoimentos. A acumulação primitiva histórica no campo moçambicano se manifesta nos *prazos da coroa*, nas concessões, no escravismo, no trabalho compulsório, correcional desenvolvido nos monocultivos. Esse processo também manifesta-se nos *royalties* de sementes, moléculas de agrotóxicos, no patenteamento industrial de máquinas não tripuladas, na difusão da “fertilidade fabricada”, na espoliação dos minérios, da água, das florestas das comunidades camponesas. O roubo e a pilhagem histórica afeta a reprodução social do campesinato moçambicano. Todavia, há reações, por meio de proposição de outro mundo possível, de uma modernidade alternativa.

**Palavras-chave:** Moçambique. Campo. Acumulação Primitiva. Campesinato.

**Abstract:** This paper discusses the primitive accumulation woven by the capitalism in the Mozambican field and peasantry. For this purpose, bibliographic research was used, with location, survey, reading and annotations of references that refer to the field and the Mozambican peasantry. In addition to documentary research in organizations that provide data and information on Mozambique and field research, with execution of systematic observation, photographic record and collection of testimony. There is a primitive historical accumulation in the Mozambican field, manifested in the terms of the crown, in the concessions, in the slavery, in the compulsory, corrective work developed in the monocultures. This process also manifests itself in seed royalties, agrochemical molecules, in the industrial patenting of self-manned machines, in the diffusion of “manufactured fertility”, in the spoliation of minerals, water, and the forests of the peasant communities. The robbery, the historical plunder affects the social reproduction of the Mozambican peasantry. They react with the proposition of another possible world, of an alternative modernity.

**Keywords:** Mozambique. Field. Primitive Accumulation. Peasantry.

#### Introdução

Este artigo é resultado da *missão científica* desenvolvida por estudantes de Pós-Graduação e professores de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, da

---

<sup>1</sup> Professor Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás-UFG. Docente do quadro permanente da Universidade Estadual de Goiás, do Departamento de Geografia dos Câmpus Cora Coralina e Itapuranga. Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual de Goiás-Câmpus Cora Coralina. Pesquisador do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo-GWATÁ e do Grupo de Pesquisa do Espaço Rural-GEPER. Pesquisa desenvolvida em razão da missão científica realizada em Moçambique. e-mail: edson\_bat\_silva@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás-UFG, professores da Universidade Estadual de Goiás-UEG, da Universidade Federal do Tocantins-UFT, da Universidade de São Paulo-USP e da Universidade Federal de Catalão. A *missão* se realizou no mês de outubro de 2018, mediante parceria do IESA/UFG e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane-ESHTI/UFG.

A *missão* é parte integrante do projeto: *sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências da economia criativa do Cerrado brasileiro às savanas em Inhambane/Moçambique*. Esse projeto foi aprovado em 2013, pelo Programa de apoio Internacional à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional - Pró-mobilidade Internacional (CAPES/AULP). As atividades envolveram a realização de oficinas, mesas redondas, grupos de trabalho e pesquisas de campo na Ilha de Moçambique, na cidade de Nampula e em Machambas<sup>2</sup> na cidade de Inhambane.

O objetivo foi discutir, desde o Brasil, as faces da acumulação primitiva no campo e no campesinato moçambicano. No texto entende-se os camponeses como sujeitos em processo, com superações, permanências, continuidades e descontinuidades. Eles possuem caráter funcional ao modo de produção capitalista e, em determinados momentos históricos, contraditoriamente, são atingidos por processos de expulsão massiva do campo. Nessas situações, assumem condição de classe. Por meio da experiência compartilhada, da cultura específica, da consciência coletiva atuam por meio da ação de um grupo externo, da passividade camponesa, dos motins e rebeliões espontâneas (SHANIN, 1983).

De acordo com o autor, os camponeses são diversos, ricos em conteúdo, heterogêneos. Por isso, seu entendimento deve levar em conta a particularidade e a universalidade concomitantemente. Eles caracterizam-se pela dependência da natureza, pelo trabalho familiar, pelo uso do direito consuetudinário, de equipamentos simples, pela defesa de valores conformistas, autossuficientes, igualitários, cooperativos. Para os camponeses a propriedade da terra constitui-se em unidade de produção e de consumo. Conforme Macaringue (2018), em Moçambique, a terra e a água são bens comuns, seus usos são regidos por normas consuetudinárias. No caso da terra, em muitas aldeias e povoações há critérios excludentes para mulheres e jovens.

De modo geral, os camponeses estão organizados em pequenos núcleos (*noklos*), tecidos por afinidades, laços de parentesco e descendência. A narrativa histórica garante a coesão do grupo e há ritos de iniciação dos jovens. Nos núcleos há um soberano (*noklo*), ou seja, um régulo (chefe tribal) e outras autoridades com poderes mágicos, feiticeiros e proféticos. Com apoio de objetos, realizam curas, antevem e interpretam situações. A organização das famílias camponesas assume caráter matrilinear e patrilinear, sustentadas num antepassado de referência.

Os pequenos núcleos de casas formam a comunidade local, a aldeia e a povoação consecutivamente. Contudo, também houve aldeamentos forçados nos períodos colonial e pós-independência. Hernandez (2005) menciona que no período colonial havia uma agricultura familiar própria dos moçambicanos, que sobreviveu as imposições do

---

<sup>2</sup> Macaringue (2018) menciona que as explorações agrícolas familiares, ou os lugares de realização da exploração agrícola em Moçambique são conhecidas como machambas. O autor entende a machamba para além da dimensão econômica, é um lugar de vida, de manifestação sociocultural, de realização sociopolítica, espiritual, de edificação da territorialidade camponesa. As machambas evocam o modo de vida das comunidades camponesas moçambicanas, por isso é o símbolo do campesinato moçambicano. Há machambas no campo e na cidade, voltadas para o autoconsumo e para o mercado. Foram historicamente classificadas como machambas estatais, controladas pelo Estado, machambas do povo, resultado da cooperação camponesa, e machambas privadas, cultivadas individualmente pelo campesinato.

imperialismo português, inclusive o trabalho forçado. Devido a isso, o trabalho masculino foi substituído pelo trabalho feminino e a mercadoria camponesa era comercializada por valores irrisórios. Segundo Macaringue (2018), há no país cinco sistemas consuetudinários de acesso à terra e em muitas províncias seu uso ocorre mediado pelo casamento preferencial.

Nas sociedades Makhuwas, por exemplo, o irmão mais velho da genearca, progenitora primeira da linhagem ou da família, concede a terra à filha que recebe o marido, a terra é dada ao casal, o direito à terra torna-se consumado. Se há a separação do casal, o homem retorna a aldeia da mãe, onde o *n'tata* (chefe aldeão) pode dar-lhe novo lugar. Nas sociedades Makhuwas a disposição das residências obedece aos critérios de familiaridade, vizinhos são sujeitos pertencentes à mesma linha progenitora ou clã. O progenitor é concebido como o dono do grupo.

As terras são divididas em terras para habitação, para agricultura, para pastagem e para outros usos. Atualmente, a Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO reconhece a existência dos poderes locais tradicionais. Tais poderes, na verdade foram cooptados para atuar em nome dos interesses do Estado nacional, o que esvazia as organizações comunitárias camponesas. Nas aldeias camponesas, além dos projetos de mineração, turismo, energético e do agronegócio, que ameaçam a existência delas, existem conflitos internos, por exemplo, como aqueles oriundos de ocupações de boa-fé realizadas no período da guerra por famílias estranhas às linhas de descendência familiar local. Diante disso, no texto busca-se entender até que ponto há um processo histórico de acumulação primitiva manietado pelo capitalismo no campo contra o campesinato moçambicano?

Para responder essa questão, foi realizada pesquisa bibliográfica, com localização, levantamento, leitura e fichamento de referências que discorrem sobre o campo moçambicano, que envolveram o uso de teses, dissertações, livros e artigos científicos. Também foi desenvolvida pesquisa documental e na internet, com *download* do Censo Agropecuário 2009/2010 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011), assim como a Síntese da Conjuntura Econômica do IV Trimestre de 2018 (INE, 2019), as Estatísticas e Indicadores Sociais, 2014 (INE, 2015) e o documento: *Moçambique em Números* (INE, 2014). Associado a isso, foram usadas informações disponíveis no sítio da União Nacional de Camponeses-UNAC, de Moçambique.

Também foram utilizadas anotações de cadernetas de campo, obtidas com a observação sistemática da paisagem nas pesquisas de campo na Ilha de Moçambique, na cidade de Nampula e em Machambas na cidade de Inhambane. Nesses lugares, foram coletados depoimentos de pessoas do lugar, também foram apreendidas informações de diálogos coletivos estabelecidos com professores da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, da Universidade Eduardo Mondlane e da Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula. Junto a isso, foram obtidas informações dos camponeses manhanbanes, presentes na oficina: *o espaço agrário goiano: da agricultura camponesa ao agronegócio*, realizada na Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane.

Os resultados foram apresentados em tabelas, gráficos, quadros, depoimentos e no próprio corpo do texto. Foi garantido o anonimato e o sigilo dos camponeses participantes, para preservar a integridade, autonomia e dignidade deles. Moçambique localiza-se no Sudeste da África, entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e 30° 12' e 40° 51' Leste. Esse país faz fronteira com a Tanzânia, o Malawi, a Zâmbia, o Zimbábue, a Suazilândia e a África do Sul (INE, 2015). Possui 28.861.863 habitantes, desse montante 9.076.397 residem em cidades (31,6%) e 18.767.536 habitam no campo (68,4%) (INE, 2019). O índice de analfabetismo é de 49,9%. As mulheres possuem, em média, 1,4 anos de escolaridade, enquanto os homens atingem a média de 3,4 anos. As províncias com maior índice de analfabetismo são: Cabo Delgado, Zambézia, Nampula e Niassa (INE, 2019). A expectativa

de vida geral no país é de 53,5 anos, de média. A mulher possui 55,6 anos e o homem 51,3 anos de expectativa de vida. A taxa de mortalidade infantil é de 80,9 a cada mil nascidos vivos (INE, 2019).

O país passa por crescimento econômico elevado, mas a renda *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH ainda são baixos (MOSCA, 2009). Conforme o autor, o país se apresenta como um dos mais corruptos do mundo; ocupa a 111ª posição, num quantitativo de 179 países avaliados; possui taxa de juros elevada, 20% ao ano; é dependente de ajuda internacional, 50% dos gastos do Estado contam com auxílio externo. Segundo o INE (2019), 22,4% das exportações de Moçambique relacionam-se aos derivados de alumínio, 33,10% de carvão mineral, 7,70% de energia elétrica e 36,80% correspondem a outros bens e serviços. Os principais parceiros comerciais do país são: África do Sul, Índia, Países Baixos e China, num montante de 63,77% das negociações efetuadas.

As importações do país são, sobretudo, de máquinas (16,6%), combustíveis (9,9%), cereais (6,7%), automóveis (5,1%) e outros produtos correspondem a 61,7% das aquisições externas (INE, 2019). As principais culturas agrícolas produzidas são o milho, com 1.858 toneladas, o arroz com 383t, o algodão 97.000t, o tabaco 91.210t, a cana com 3.551.106t, a castanha de caju com 63.080t, a banana com 575.000t, e a soja detém 48.930t (INE, 2014). Na pecuária, destacam-se o rebanho bovino, com 1.817.000 cabeças, os caprinos, com 4.917.000, os suínos com 1.897.000 cabeças e as aves vivas com 21.553.000 (INE, 2014).

Moçambique ainda tem as “feridas” do colonialismo abertas e grafadas no seu espaço. Isso revela-se, por exemplo, na imposição da concepção de Estado moderno, que conflita com a forma de gestão do poder dos povos originários, o que produz instabilidade política constante (MACARINGUE, 2018). Historicamente, as elites locais foram corrompidas, venderam-se em nome da opulência, enquanto a maioria vive na pobreza. A ganância capitalista pelos recursos naturais e pelo controle do espaço traçou inúmeras estratégias de domínio, desde a manipulação/controlado de movimentos nacionalistas, até a ajuda alimentar e os projetos de cooperação (MOSCA, 2009). Dentro do consenso de Washington, do acordo de *Bretton Woods*, Moçambique necessitou equilibrar a balança de pagamentos com a exportação de recursos minerais, energéticos e agrícolas.

Para tanto, empreendeu-se no país a “destruição criativa”, por meio das infraestruturas de circulação e comunicação, os projetos turísticos, agrícolas e minerários, enfim, uma série de empreendimentos que promoveram a destruição dos territórios das comunidades camponesas, que, uma vez expulsos de suas terras, só restou-lhes a fuga às cidades, onde sobrevivem da economia informal (MOSCA, 2009). O Estado favorece os interesses dos grupos hegemônicos. Com isso, ganham os capitalistas nacionais rentistas, os sujeitos detentores de tráfico de influência e os beneficiados pela corrupção. O País possui a classe dos novos ricos, derivados do sistema bancário estatizado, dos altos cargos públicos, do dinheiro obtido pelos *lobbies* e formas parasitárias de enriquecimento, do patrimônio público privatizado pós-socialismo moçambicano (MOSCA, 2009). De acordo com o autor, os amiguismos, o clientelismo, os favorecimentos pessoais agridem princípios de igualdade de oportunidades e institui o que denomina de *negócio-política*.

Há uma classe dominante hedonista, exibicionista que apoia no país o capitalismo selvagem. A face da acumulação primitiva atinge o campo e o campesinato moçambicano. Camponeses são expulsos, assassinados, subalternizados em nome da acumulação capitalista nacional e internacional. O artigo está dividido em três partes: na primeira, há um levantamento histórico do campo moçambicano, para demonstrar mecanismos de acumulação primitiva que atingiram o campesinato. Na segunda parte, atenta-se para o projeto contemporâneo para a agropecuária moçambicana. Com isso, busca-se identificar mecanismos atuais de acumulação primitiva que afetam os camponeses. Na terceira parte, demonstra-se a travessia do campo e do campesinato moçambicano desde a concepção teórico-metodológica

proposta para a análise. No item a seguir discutem-se instrumentos de acumulação primitiva articulados no período colonial e pós-independência moçambicana.

### **A histórica espoliação do campo moçambicano**

A invasão do território moçambicano pelos portugueses começou com a instalação das feitorias-fortalezas em Sofala, Quilimane, Sena e Tete, para escoamento da produção de ferro, cobre, marfim, ouro e o comércio escravos (HERNANDEZ, 2005). Conforme a autora, a conquista definitiva do país se deu em 1920, após inúmeras resistências dos reinos Suázi, Zulu, das etnias batua, suaflis. O colonialismo português promoveu a acumulação primitiva com o roubo, a pilhagem dos bens comuns, a instauração do cativeiro humano (ALVES, 2011). O ser humano tornou-se mercadoria, a mão de obra escrava rendeu vultosos dividendos aos países capitalistas centrais. Durante séculos, na divisão internacional do trabalho, Moçambique tornou-se fornecedor de escravos.

Com o declínio do tráfico negreiro, estabeleceu-se a reordenação do espaço, e, subsequentemente, proliferou-se monoculturas de cana-de-açúcar, algodão, sisal e copra. As companhias estrangeiras receberam concessão de terras, instituíram o arrendamento e o regime do trabalho forçado, denominado *chibalo*, proveniente do não pagamento do imposto da palhota (ALVES, 2011). Hernandez (2005) relata que enormes áreas foram espoliadas, por um estatuto jurídico específico chamado de *prazos da coroa*, terras cedidas a colonos por três gerações, com possibilidade de renovação. Essas concessões também foram destinadas a súditos do rei e ordens religiosas. As terras foram pilhadas pelos portugueses e os camponeses moçambicanos tornaram-se estranhos em sua própria terra, além de serem obrigados ao pagamento de rendas em trabalho e produto.

Chaveiro, Frei e Macaringue (2016) entendem que a cobrança de tributos e o pagamento em renda trabalho ou produto já eram praticados pelo império Monomotapa. Esse Estado impunha o trabalho nas minas de ouro, sobretudo nos períodos pós-safra agrícola. Segundo os autores, a colonização portuguesa aprofundou a exploração, obrigou os camponeses ao trabalho nas minas nos momentos da safra agrícola, o que resultou em fugas de comunidades inteiras. Conforme relatos de Brouwer (2009), várias companhias comerciais se instalaram em Moçambique, tais como: a Sena Sugar Estate, a João Ferreira dos Santos e a companhia de Moçambique, as quais detinham a concessão de extensas áreas para o cultivo de caju, arroz, cana de açúcar, sisal. Além dessas, há outras explorações menores controladas por europeus.

Os camponeses moçambicanos de origem banto cultivavam mandioca, milho, hortaliças, caju, algodão, copra e criavam gado em áreas marginais/comunitárias (MACARINGUE, 2018). A imposição do sistema jurídico ocidental sobre o direito costumeiro possibilitou a acumulação primitiva. O controle da terra e o domínio das “*gentes*” mercantilizou o ser humano. No sul de Moçambique, camponeses foram negociados para o trabalho compulsório nas minas na África do Sul (CHAVEIRO, FREI, MACARINGUE, 2016). Compreende-se que os camponeses foram funcionais à empresa colonial. Seus corpos foram mercantilizados, sua força de trabalho foi utilizada na produção de alimentos, de bens de exportação e os excedentes produzidos foram negociados com as cantinas.

O colonialismo destruiu o arranjo, a organização do espaço dos povos originários de Moçambique. A desordem para a produção do capital se manifestou na acumulação primitiva, com a rapina, o roubo, a pilhagem, a mercantilização e o extermínio da vida. Portanto, a acumulação primitiva revelou a face bárbara da expansão capitalista. As formas de acesso, distribuição, transmissão, uso, aproveitamento da terra, tecidas conforme o direito consuetudinário foram substituídas pelo direito “universal” moderno, colonialista. Nesse

ínterim, entende-se que as concessões representaram e continuam representando mecanismos de cercamento das terras camponesas em Moçambique.

Parafraseando Thompson (1998), o modelo colonialista representou a eliminação das terras comunais dos pobres, o cercamento que tornam os sujeitos estranhos em sua própria casa. O estatuto jurídico ocidental representou um mecanismo extraeconômico bárbaro de expulsão camponesa, de destruição do direito consuetudinário (MAGDOFF, 2016). Concorda-se com Thompson (1998), quando ele afirma que a lei atendeu aos interesses da racionalidade capitalista, instaurou e protegeu a propriedade privada exclusivista e absoluta da terra, em prejuízo do ser humano. Tomou-se pela força, pela ideologia dominante e pela cooptação os direitos dos camponeses moçambicanos.

Sem dúvida, isso foi uma manifestação da acumulação primitiva. Em acordo com Marx (1977), acredita-se que as concessões, os *prazos da coroa* expropriaram o produtor imediato, dissolveram a propriedade fundada no trabalho de seus possuidores. Essa forma de domínio da terra também eliminou o controle dos meios de produção e a autonomia produtiva. É bom que se esclareça que refuta-se nesse texto o conceito de acumulação por espoliação. Harvey (2014) não teve a intenção de elaborar novo conceito, somente utilizou um termo para denominar o prosseguimento da acumulação primitiva.

O *marketing* acadêmico e os modismos fazem uso descuidado dos termos, promove utilizações que depõem contra o próprio sentido dado pelo geógrafo em questão. Harvey (2014) não realizou um salto qualitativo, apenas quantitativo, com o conceito de acumulação por espoliação. O autor apresentou novas variáveis à discussão, mas não substituiu o cerne central do conceito de acumulação primitiva, a eliminação do controle dos meios de produção pelo produtor imediato.

Também concorda-se com Vergés (2014), ao dizer que a acumulação primitiva e a acumulação por reprodução expandida não são dois momentos distintos da acumulação capitalista, trata-se de momentos sincrônicos. A violência extraeconômica das concessões, do escravismo, do *chibalo*, do trabalho correcional<sup>3</sup> em Moçambique criaram condições materiais para a violência econômica de extração da mais-valia. Há nexos causais entre essas duas formas de acumulação, o roubo, a pilhagem universal capitalista são partes intrínsecas do sistema, visto que possibilita a exploração do trabalho.

Os camponeses moçambicanos reagiram à acumulação primitiva pelos levantes rurais em Angoche, Erati, Moguincal, pela revolta de Santaca, pelas cantigas e danças de trabalho e pelos provérbios (HERNANDEZ, 2005). Os camponeses escondiam parte do que produziam, fugindo para locais onde o trabalho era menos opressivo, ou para aqueles de difícil acesso. Mas essas lutas não evitaram tornar a terra, terra de negócio, o trabalho autônomo tornou-se trabalho explorado pelos capitalistas (MARTINS, 1980). Com a independência os camponeses, continuaram expropriados, uma vez que a autonomia política não lhes garantiu acesso à terra (CHAVEIRO, FREI, MACARINGUE, 2016).

Mosca (2009 & 2017) & Brouwer (2009) explicam que, com a independência, os colonos e os comerciantes estrangeiros abandonaram as concessões e as cantinas, respectivamente. Gemo (2009) aponta a existência de aproximadamente duzentas explorações abandonadas após a independência. Nelas, os camponeses formaram cooperativas de produção. Já as concessões das companhias privadas transformaram-se em empresas estatais. Macaringue (2018) afirma que coube ao Gabinete das Zonas Verdes organizar as antigas concessões dos colonos para criação de cooperativas, dotadas de infraestrutura para produção. A FRELIMO referendou a posição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS. Os camponeses foram considerados individualistas, reacionários, conservadores, atrasados,

---

<sup>3</sup> Hernandez (2005) esclarece que o trabalho correcional refere ao decreto do Estado português em 1984, que substituiu a pena de prisão para condenados por trabalho em monocultivos por prazos variáveis.

apegados à propriedade da terra, resíduos históricos. (MOSCA 2009 & 2017; MACARINGUE, 2018).

Apesar disso, segundo os autores, a guerra independentista foi desenvolvida pelo campesinato em aliança com outras classes, principalmente os operários, minoritários na aliança operário-camponesa. A luta anticolonial, também foi impulsionada por igrejas independentes, como Igreja Episcopal Metodista, a Missão Suíça e a organização das igrejas protestantes denominada: *Associação Missionária Evangélica de Moçambique* (HERNANDEZ, 2005). Desse modo, nesse momento histórico as lideranças da FRELIMO aderiam à concepção do caráter revolucionário do campesinato. Samora Machel e outros dirigentes se aproximaram da compreensão de Mao Tsé-Tung. Os camponeses foram decisivos no avanço da revolução, acolheram guerrilheiros em suas comunidades, recrutaram combatentes, transportaram material de guerra.

De acordo com Mosca (2009 & 2017), a guerra tinha como insígnia: “*a libertação da terra e dos homens.*” A nacionalização da terra se deu em 24 de julho de 1975. Os camponeses, ávidos pelo retorno aos territórios de seus antepassados, foram dirigidos às aldeias comunais, às empresas estatais e às cooperativas. Segundo Gemo (2009), foram criadas em Moçambique aproximadamente 1.350 aldeias comunais. Macaringue (2018) relata que as aldeias tinham o intuito de concentrar recursos, emancipar a mulher e combater o analfabetismo. Nas aldeias, a produção ocorria nas machambas do povo. Mosca (2009 & 2017) afirma que a FRELIMO entendeu a formação da propriedade individual como criação de *kulaks* (camponeses ricos). Por isso, os investimentos e infraestruturas concentraram-se nas empresas estatais, com benefício direto da elite burocrática.

Gemo (2009) descreve que as sementes híbridas, os tratores e implementos agrícolas e os fertilizantes foram destinados às empresas estatais. De acordo com ele, a extensão rural estatal não apoiou os camponeses, exceto os centros de desenvolvimento rural, que desenvolveram áreas de experimentação, demonstrações de campo e visitas às machambas. Mosca (2009 & 2017) vaticina que a agricultura familiar continuou subalternizada. As aldeias comunais negligenciaram elementos culturais e técnicas produtivas. A FRELIMO também entendeu os poderes tradicionais como obscurantistas, colonialistas e classistas. Madureira (2013) menciona que o projeto da FRELIMO para o campo alterou o funcionamento das famílias e das comunidades camponesas. Wautier (2009) destaca que isso promoveu resistências à aldeização e à cooperação, assim como o apoio à Resistência Nacional Moçambicana-RENAMO em determinados lugares, sobretudo no Centro e Norte do país.

Macaringue (2018) entende que as resistências à FRELIMO ampliaram-se com o projeto de deslocamento forçado do campesinato para as aldeias, de oposição à gestão da terra pelos critérios de linhagem e parentesco, de contraposição à medicina popular, de proibição de adoração dos defuntos, dos ritos de iniciação, do lobolo<sup>4</sup>. Mas para o autor, as reações camponesas também portaram faces racistas, tendo em vista que os camponeses não acreditavam na competência dos negros para gerir o Estado. A isso, articularam-se aspectos do patriarcado, de contraposição ao projeto de emancipação da mulher. A esse respeito, Assane, Marques, Nhambire (2015) afirmam que as heranças culturais tribais africanas reforçam o lugar subalterno da mulher, como exemplo, citam a matuna<sup>5</sup>, a divisão do trabalho doméstico e a poligamia masculina<sup>6</sup>, quase sempre não consentida.

<sup>4</sup> Conforme Madureira (2013) o lobolo é o dote devido pelo noivo ao pai da futura mulher.

<sup>5</sup> Assane Marques, Nhambire (2015) afirmam que a matuna é uma prática de preparação da mulher para a atividade sexual, mediante o uso de óleo e ervas naturais o clitóris é alongado com as mãos, tal prática ocorre principalmente no Norte de Moçambique.

<sup>6</sup> Assane Marques, Nhambire (2015) descrevem que trata-se da liberação histórico-cultural da união do homem a mais de uma esposa, que são submetidas aos riscos de doenças sexualmente transmissíveis, como o vírus do HIV.

A subalternidade da mulher revela-se também no papel preponderante de condução da produção nas machambas. Hernandez (2005) afirma que tal papel também relaciona-se à migração de mão de obra masculina para as minas sul-africanas. Mosca (2009) relata que a resistência camponesa promoveu o controle das machambas coletivas, das cooperativas, dos governos locais, com hierarquização da comunidade camponesa segundo a linhagem e o pertencimento. A organização social camponesa clânica e tribal resistiu às ações da FRELIMO. A guerra civil (1976-1992) também fragilizou o projeto socialista para o campo moçambicano, eliminou a produção agrícola e aumentou a pobreza.

Segundo Wautier (2009), a violência e a fome se ampliaram, devido à destruição das redes comerciais e das infraestruturas, a pilhagem de cereais e rebanhos, o rapto de jovens e de crianças e o assassinato de comunidades inteiras, como da comunidade Zitundo, no distrito de Matutuíne. Como equívocos do projeto, o autor acrescenta a subordinação camponesa aos monopólios estatais, com controle do mercado, atrasos na entrega do insumos e determinação do preço das mercadorias. Os camponeses também continuaram sendo mão de obra para as monoculturas e as minas sul-africanas. As cooperativas tornaram-se ineficientes, devido à dedicação dos camponeses à produção individual e o desvio de parte da produção, e devido, também, à baixa remuneração recebida nas atividades de cooperação. Esse processo promoveu o retorno à economia de escambo, crescimento negativo do Produto Interno Bruto-PIB, desequilíbrio da balança de pagamentos e redução da produção agropecuária (MOSCA, 2009).

Madureira (2013) sustenta que o projeto da FRELIMO para o campo moçambicano não obteve êxito pelos erros de concepção, pela guerra civil e, sobretudo, porque funcionou com instrumento de acumulação primitiva socialista. Mosca (2009 & 2017) defende que os camponeses foram subalternizados dentro do projeto socialista. A acumulação concentrou-se no urbano, especificamente nas indústrias estatais de exportação. No entanto, o setor estatal não substituiu o setor privado com eficiência. As cooperativas tornaram-se inaptas, mantiveram-se ao longo do tempo pelos subsídios. As aldeias comunais, mesmo com expansão de direitos sociais, não transformaram o campo moçambicano. As redes de comercialização e distribuição mantiveram sua debilidade.

De modo geral, a derrocada do projeto socialista para o campo moçambicano esteve vinculada às seguintes razões: resistência das autoridades tradicionais com recuperação dos valores clânicos e tribais; retomada das formas de produção tradicionais; abandono das aldeias comunais; entraves provenientes do embargo econômico da África do Sul; duração da guerra civil e ocorrência de fenômenos naturais, como: ciclones, enchentes e secas (MOSCA, 2009 & 2017; MACARINGUE, 2018; MADUREIRA, 2013; WAUTIER, 2009; CHAVEIRO, FREI, MACARINGUE, 2016). No ano de 1987, quatrocentas aldeias comunais estavam destruídas (GEMÔ, 2009). O sonho da FRELIMO para o campo moçambicano entrou em derrocada.

A reforma do modelo político-econômico implicou a distribuição de terras para o campesinato, devido à pressão dessa classe, eliminação da prioridade de formação de aldeias comunais, alianças da FRELIMO com autoridades locais para diminuição do poder da RENAMO, endosso à ocupação de terras sem aproveitamento pelos camponeses no regime de “boa-fé” (MOSCA, 2009; MACARINGUE, 2018). Para o último autor, o tribalismo e o poder gestado segundo a linhagem são elementos fundamentais da sociedade moçambicana. A FRELIMO negligenciou esse dado, ignorou que a tradição pode ser rebelde. Seu projeto para o campo moçambicano carregou os vícios e equívocos dos partidos comunistas-PCs, aderiu ao evolucionismo, ao purismo classificatório, ao cientificismo, ao positivismo presentes no marxismo ortodoxo.

Conforme Shanin (2017), esse entendimento dos PCs excluiu o heterogêneo, o subjetivo, o inesperado, o arbitrário, a criatividade humana, o mundo real. A FRELIMO

conduziu seu projeto assentado no determinismo, na unilinearidade, no progressismo. Os ideólogos do partido defenderam a proletarianização do campesinato, ignoraram sua capacidade de escolha física, histórica e social. O campesinato, como na luta independentista, assumiu sua condição de classe, apoiou grupos de oposição, abandonou as aldeias comunais, controlou as estruturas de poder local, cobrou seu direito à terra. A FRELIMO negou o sentido real do socialismo, a abolição do domínio de determinados sujeitos sobre outros, o respeito ao coletivismo autônomo, a promoção da igualdade e da justiça social.

Em prejuízo, realizou a acumulação primitiva socialista, com a negação da terra aos camponeses, exploração da sua mão de obra nas monoculturas, determinação do preço das mercadorias. Os camponeses foram sujeitos históricos na luta independentista, contraditoriamente, foram subalternizados no projeto socialista. A FRELIMO não compreendeu que a transformação socialista da humanidade, a ação política não é um ato de lógica, produto de um programa exclusivo do operariado, do purismo teórico do marxismo científico. Pelo contrário, os caminhos para a transformação social são multilíneares.

O partido também negligenciou que o povo faz sua história dentro de determinadas condições humanas e geográficas, além de não entender que as tradições dadas pesam como fardo sobre os sujeitos viventes (SHANIN, 2017). Do mesmo modo, ignorou que seu êxito originou-se da integração das tradições políticas nativas com o marxismo, em que o campesinato jogou papel decisivo. Isso alimentou as condições para adoção de medidas neoliberais para o campo moçambicano, objeto de atenção do item seguinte.

### **O campo moçambicano no período contemporâneo: faces dos velhos e novos instrumentos de acumulação primitiva**

No ano de 1987, Moçambique aderiu à cartilha das instituições de *Bretton Woods*, com desregulação, privatização e liberalização da economia (CHAVEIRO, FREI, MACARINGUE, 2016; MACARINGUE, 2018; MADUREIRA, 2013). Proliferaram-se as privatizações, as *joint ventures*, as concessões, as isenções fiscais e a distribuição de terras a agentes privados (FALCÃO, 2009; BROUWER, 2009; MACARINGUE, 2018). A adesão ao consenso de Washington resultou na aprovação da Lei de Terras, na Lei do Ambiente (1997), na Lei de Florestas e Fauna Bravia (1999), no Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta-PARPA (2001), na Lei de Minas (2003) e no Programa Setorial de Investimento Público (PROAGRI I e II) (FALCÃO, 2009).

Mosca (2009) acrescenta a tessitura do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário-PEDSA e do Plano Nacional de Investimento do Setor Agrário-PNISA. Brouwer (2009) destaca o fechamento da Empresa Estatal de Comercialização-ENAMACO, do Instituto Nacional de Cereais-INC, além da privatização das Madeiras de Moçambique-MADEMO e das empresas açucareiras Xinavane e Morrromeu. Gemô (2009) aponta a privatização da empresa de sementes SEMOC Ltda, com capacidade de processamento de 50.000 toneladas de sementes ano. Nessas reformas, agentes do Estado apossaram-se de terras e de capital.

Também houve ampliação do estabelecimento de contratos entre empresas concessionárias e famílias camponesas, com destinação de áreas, assistência financeira e técnica das organizações empresariais e contrapartida camponesa de comercialização obrigatória da produção com as referidas entidades. A subordinação manifestou-se na classificação da produção, como a da empresa tabacaleira Mozambique Leaf Tobacco, subsidiária da multinacional MTL (BROUWER, 2009). Outro programa criado pós-1990 foi o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios Agrícolas-PESU, com fornecimento de enxadas, catanas, serrotes, machados, foices e sementes ao campesinato (MACARINGUE,

2018). A cultura do enriquecimento rápido e da corrupção afetou o projeto; *kits* foram desviados, apropriados e vendidos no setor informal.

O projeto neoliberal para o campo moçambicano propôs a constituição de agricultores integrados às cadeias de valor, subcontratados, metamorfoseados em agricultores familiares (MOSCA, 2009). Por outro lado, defendeu os projetos de mineração, agricultura, turismo e energia. Para tanto, as instituições financeiras internacionais e o Estado moçambicano têm dotado o espaço de infraestruturas básicas e de um bom ambiente para os negócios (FALCÃO, 2009; MOSCA 2017). A FRELIMO tem o papel de disciplinarização da sociedade moçambicana (MACARINGUE, 2018).

O discurso oficial propugnou o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a diminuição da pobreza absoluta, do desemprego, da fome (FALCÃO, 2009). Mas o que se vê é a privatização e a exploração predatória dos bens comuns (terras, florestas, água, minérios). O projeto neoliberal ampliou a subordinação do campesinato, com apropriação da renda camponesa pelos intermediários, pelas corporações multinacionais, pelas empresas concessionárias, também expulsou/expulsa comunidades camponesas e destrói seus modos de vida.

Chaveiro, Frei, Macaringue (2016) & Gonçalves (2018) revelam que as brasileiras Vale Moçambique, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Correia, a irlandesa Kenamare Moma Mining, a Sul-africana SASOL, a estadunidense Andarko, entre outras corporações do setor minerário, de infraestrutura e energia expulsam comunidades inteiras dos seus territórios. O apoio do Estado para exploração de ouro, ferro, níquel, carvão, gás natural e petróleo possibilita a compensação débil das benfeitorias, reassentamento em áreas com baixa renda fundiária, que resultam em falta de água, deslocamento considerável para o trabalho na machamba e desrespeito aos lugares sagrados.

Gonçalves (2018) informa que, na província de Tete, em Moatize, as famílias camponesas deslocadas sofrem com falta de água, rachaduras nas residências e terras inaptas para agricultura. Isso resultou em reações, como em 2012, em que 1.500 camponeses bloquearam a Ferrovia Sena. O projeto Wanboo, incluso no que denomina-se de *land grabbing*-projeto de grande escala, também promove a acumulação primitiva em Moçambique. Situado na província de Gaza, no município de Xai-Xai, foi constituído pela parceria entre as empresas chinesa Wanboo e a moçambicana Regadio do Baixo Limpopo (MADUREIRA, 2013).

A autora menciona concessão de 20 mil hectares de área fértil no vale do Rio Limpopo. O discurso hegemônico defendeu o aumento da segurança alimentar, recuperação das estruturas de irrigação, construção de escolas e de postos de saúde. Mas o Estado concedeu locais de cultivo das comunidades camponesas de Chicumbane, Magula, Chimbonhanine, do bairro comunal de Julius Nyerere e da cidade de Xai-Xai, num montante de aproximadamente 200 famílias ou 1200 a 70 mil camponeses expulsos. Madureira (2013) explica que as concessões não são transparentes, as consultas públicas são meras formalidades.

Os agentes do Estado são “*correias de transmissão*” dos interesses capitalistas. O diálogo consultivo não é isento, referenda a expulsão. As compensações também são desfavoráveis. No projeto Wanboo as áreas de reassentamento possuem baixa fertilidade e não contém áreas de pastagem (MADUREIRA, 2013). No Vale do Rio Limpopo, as propriedades camponesas, com cultivo em consórcio de milho, feijão, mandioca, batata doce, mediante o uso de tecnologias simples e dependente das condições naturais, foram suplantadas pela propriedade privada chinesa e o monocultivo de arroz.

O direito costumeiro foi subjugado pelo estatuto jurídico ocidental, o que referendou a formação de latifúndios. O projeto Wanboo recebeu a concessão de 20 mil hectares por cinquenta anos, com possibilidade de renovação por igual período (MADUREIRA, 2013). A

autora apresenta o descontentamento do campesinato. Em 16 de agosto de 2013, camponeses protestaram em Xai-Xai e impediram a instalação de lavouras onde situavam suas machambas. Mas as reações ao projeto Wanboo contém debilidades, devido à cooptação de lideranças para a FRELIMO, para funções no Estado, vinculado ao medo da repressão.

O Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique-ProSAVANA, também refere-se a outro *land grabbing* em Moçambique. Esse projeto recebeu em 2012, 14 milhões de hectares no corredor de Nacala, com possibilidade de expulsão de 4 milhões de camponeses (MADUREIRA, 2013). Nele, estão envolvidos o Banco Mundial-BM, o Fundo Monetário Internacional-FMI, a Agência Brasileira de Cooperação-AJC e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional-JICA (MACARINGUE, 2018). Segundo o autor, no Corredor de Nacala estão previstos programas do ProSAVANA e do projeto Sustenta, que expulsará comunidades camponesas. A isso se somam os efeitos da ferrovia Nacala/Moatize, que tem como acionistas capitalistas internacionais, altos dirigentes da FRELIMO e a empresa Caminhos de Ferro Moçambique.

Gonçalves (2018) menciona que o ProSAVANA detonou em Moçambique discussões de questões ambientais e de expropriação massiva do campesinato. Organizações articularam-se contra o projeto, como: a UNAC, A Liga Moçambicana de Direitos Humanos-LDH, a Justiça Ambiental-JA, os amigos da Terra de Moçambique, a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-DECRU, o Fórum Mulher, A *actionaid Moz*, a Associação e Assistência Jurídica as Comunidades-AAAJC, a Kulima. Macaringue (2018) menciona conflitos de terra eclodidos pelo ProSAVANA, como o da Alfa Agriculture Ltda, empresa sul-africana de propriedade de Jan Paulus Le Grand com camponeses da localidade de Nocololo, distrito de Monapo, na província de Nampula, que resultou no óbito de um camponês.

De acordo com o autor, esse e outros conflitos promoveram a unidade de acadêmicos, confissões religiosas, homens do campo e da cidade para fundação de organizações camponesas como a UNAC e a União Geral de Cooperativas-UGC. Ele afirma que a crise financeira de 2008 ampliou a procura por terras em Moçambique, sobretudo aquelas próximas às infraestruturas de circulação e comunicação. Madureira (2013) relata que, nas primeiras décadas do século XXI, houve aumento exponencial do preço dos alimentos. Com base em dados do Comitê de Oxford de Combate à Fome-OXFAM, menciona que foram vendidos e concedidos 230 milhões de hectares na África, América Latina e na Ásia. Apenas em Moçambique foram concedidos 2,5 milhões de hectares.

De acordo com a autora, nos países pobres os solos são baratos e os camponeses têm controle precário da terra. A China e países do Golfo Pérsico também decidiram fortalecer o abastecimento interno. A China investiu US\$800 milhões em Moçambique, sobretudo na produção de arroz. A isso se somam os fundos especulativos, os fundos de investimento e empresas privadas e públicas, com desejo de domínio da terra para produção de alimentos e agrocombustíveis. Os investimentos em Moçambique, oriundos da cooperação internacional, de empréstimos internacionais, de investidores estrangeiros visam transformar a agropecuária moçambicana segundo os desígnios da “Revolução Verde,” com formação do agronegócio (MOSCA, 2017).

No Quadro 1, apresenta-se a síntese das propostas, dos desafios e das contradições produzidas pelo avanço do agronegócio e dos projetos de grande escala, fenômenos centrais no campo moçambicano contemporâneo. Nota-se, no Quadro 1, que o projeto dos capitalistas nacionais e internacionais para o campo moçambicano, além dos desafios e contradições produzidas, contém propostas e ações para consolidação do agronegócio no país. Na província de Nampula, as empresas JNB-Empreendimentos Ltda, a Casa do Agricultor, A ONG Swiss Contact-Projecto Hort-sempre, a Formex Moçambique Ltda são organizações especializadas

na comercialização de sementes, fertilizantes, máquinas agrícolas, produtos veterinários, equipamentos de irrigação e *kits* de enxertia (MACARINGUE, 2018).

Como *partícipes* da instauração da “Revolução Verde” e do agronegócio no país, esses empreendimentos e organizações também realizam ensaios de adaptação de sementes, constroem campos de demonstração, treinam camponeses e realizam extensão. Para tanto, contam com o apoio de fornecedores internacionais de sementes, como a brasileira Feltrin Sementes, a GSN sementes da França e a Vikima Seed da Dinamarca, assim como a Monsanto, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional-USAID e o Instituto Internacional de Agricultura Tropical-IITA (MACARINGUE, 2018).

### Quadro 1 - Moçambique- síntese do projeto contemporâneo para o campo moçambicano-2019

Propostas/ações	Desafios	Contradições
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Política agrícola sob os princípios da “revolução Verde.”</li> <li>-Superação das práticas tradicionais de cultivo.</li> <li>-Instalação do agronegócio como solução para a agricultura moçambicana.</li> <li>- A “Revolução Verde” solucionara a fome, com uso do pacote tecnológico.</li> <li>- Instalação de empresas especializadas em produção de sementes melhoradas.</li> <li>- Estabelecimento de contratos de produção de sementes entre camponeses e empresas.</li> <li>- Ampliação da produção e da produtividade no campo.</li> <li>-Aumentar a integração campo-cidade.</li> <li>- investimentos de países capitalistas centrais, de ONGs, do USAID, do IITA, do BM para difusão da “Revolução Verde.”</li> <li>-Constituição de cadeias produtivas.</li> <li>- Ampliar o amadurecimento político, organizativo e estratégico das organizações camponesas.</li> <li>- Realizar a certificação, a adequação de embalagens e permitir o acesso a mercados para a produção orgânica.</li> <li>- Eliminar práticas políticas de amiguismo, do favorecimento, do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Tornar os camponeses agricultores familiares, com produção de excedentes para as cidades e para exportação.</li> <li>- Superar o negócio-política (dirigentes do Estado utilizam posições de poder para enriquecimento).</li> <li>- Eliminar a exploração dos intermediários.</li> <li>- Garantir acesso ao crédito para o campesinato.</li> <li>- Ampliação das políticas de extensão, pesquisa e fornecimento de insumos.</li> <li>-Eliminação dos conflitos de camponeses com empresários, agentes do Estado, ex-colonos.</li> <li>- Melhoria dos processos de armazenamento, transporte, processamento tecnológico de produção dos produtos.</li> <li>- erradicar o analfabetismo no campo.</li> <li>- Reduzir a pobreza com transformação da produção camponesa.</li> <li>- Os movimentos associativos camponeses podem melhorar a gestão e a capacidade técnica.</li> <li>- O Estado deve incentivar os métodos participativos, com uso de recursos locais e respeito aos camponeses.</li> <li>- Eliminar a discriminação das mulheres camponesas moçambicanas no âmbito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os camponeses são marginalizados nas políticas públicas para agropecuária.</li> <li>- Os grandes projetos (turístico, agrícolas, energéticos, mineração) expropriam o campesinato.</li> <li>- O departamento de administração de terras e os políticos acumulam terras, porque conhecem os meios para obtenção do DUAT, negociam terras e ameaçam camponeses nas áreas ocupadas.</li> <li>- O discurso da terra desocupada em Moçambique é falacioso.</li> <li>- Há grilagem de terras no país.</li> <li>- A política agrícola e agrária não possibilita melhoria da qualidade de vida, do bem-estar, da soberania produtiva do campesinato.</li> <li>- O agronegócio oferece riscos ambientais, amplia os processos de exclusão, seleção e submissão dos camponeses aos monopólios.</li> <li>- Camponeses continuam sendo recrutados para o trabalho nas minas sul-africanas.</li> <li>- O crédito destinado à agricultura é diminuto e o concedido ao campesinato é irrisório.</li> <li>- Os camponeses desconhecem os contratos estabelecidos entre empresas e o Estado.</li> <li>- camponeses expulsos da terra inserem-se na economia informal e na prostituição.</li> <li>- A acumulação da economia moçambicana é realizada no exterior.</li> <li>- O BM impõe seu projeto de desenvolvimento rural em</li> </ul>

<p>clientelismo, do pessoalismo na política moçambicana. - Necessidade de políticas públicas para as mulheres no campo.</p>	<p>jurídico-político, cultural e as formas de violência no ambiente de trabalho, doméstico, escolar.</p>	<p>Moçambique. - A extensão rural adota modelos importados e é diminuta (atinge 15% do campesinato) e realizada majoritariamente por ONGs e empresas privadas.</p>
---	--	--

**Fonte:** Alves (2011); Macaringue (2018); Mosca (2009 & 2017); Madureira (2013); Gonçalves (2018); Gemô (2009); Assane, Marques, Nhambire (2015). **Organização:** SILVA, Edson Batista da, 2019.

A extensão, como “*ponta de lança*” da revolução cultural para difusão da “Revolução Verde”, também recebe atenção, tanto de corporações multinacionais, de ONGs, de instituições financeiras internacionais, quanto de agências internacionais. Gemo (2009) revela que, de 1987 a 1992, a extensão foi desenvolvida sobretudo por agências internacionais e ONGs. Na década de 1990, o BM a financiou, para difusão de orientação técnica e do pacote tecnológico da “Revolução Verde.” A instituição contou com o apoio da Nipon Foundation, da Carter Center, da Monsanto, da Sasakawa Global. De modo geral, a extensão em Moçambique é desenvolvida por ONGs, corporações multinacionais, empresas concessionárias, em prejuízo da extensão pública.

Mas o projeto do agronegócio em Moçambique desperta resistências no campesinato, com lutas contra expulsão da terra e os efeitos ambientais gerados pelo setor (MOSCA, 2017). Conforme o autor, a UNAC, partícipe da *Via Campesina*, defende a importância da agricultura familiar em Moçambique. A organização critica as políticas agrícola e agrária do país. Da mesma forma, defende o direito a indenizações justas para os camponeses deslocados, o uso de tecnologias sociais sustentáveis, a soberania alimentar e o direito à terra. Segundo Mosca (2017), a UNAC condensa a emergência do campesinato moçambicano com consciência de classe. Compreende-se que permanece a acumulação primitiva no campo moçambicano contemporâneo.

Processo revelado nas privatizações, concessões, usurpações de bens públicos pelos agentes do Estado, na apropriação dos bens comuns (água, florestas, minerais, terra), na constituição dos projetos em grande escala. A isso se somam os novos instrumentos do patenteamento de sementes, moléculas de agrotóxicos, máquinas pesadas não tripuladas, difusão da “fertilidade fabricada” e o mercado coercitivo mundializado. Em Silva (2018) defendeu-se o termo *latifúndios invizibilizados*. Na oportunidade esclareceu-se que não se tratava de um novo conceito, apenas de uma metáfora que chama a atenção para o domínio de bancos de germoplasmas de sementes e moléculas de princípios ativos de agrotóxicos, controlados por corporações de sementes e agrotóxicos em bancos de dados informatizados que permitem extração de mais-valia extraordinária (rendas de monopólio).

A “fertilidade fabricada” foi concebida como manejo da fertilidade do solo por corporações multinacionais, que controlam jazidas minerais, processos de transformação da matéria-prima e produtos industrializados. Isso promove eliminação das formas autônomas de fertilização, do solo como organismo vivo. Os camponeses tornam-se consumidores, as corporações controlam o mercado e obtêm mais-valia extraordinária. A coerção do mercado de alimentos unificado e liberalizado também aciona mecanismos de acumulação primitiva. Entende-se que o avanço do agronegócio em Moçambique apresenta no horizonte o fortalecimento desses elementos de acumulação primitiva. No próximo tópico serão analisadas as possibilidades históricas para o campo moçambicano nesse momento de travessia.

## O campo moçambicano em travessia: constatações de um geógrafo brasileiro

Acredita-se que o campo moçambicano está em travessia, em processo de passagem. Na tabela 1, verifica-se que aparentemente essa passagem não se refere à estrutura fundiária. Predomina atualmente no país a pequena propriedade. Mas a aparência muitas vezes esconde a essência dos fenômenos espaciais. O avanço dos projetos de grande escala, como o ProSAVANA, o projeto Wanboo, instalados em grandes dimensões de terras concedidas pelo Estado revela processos de mudança na estrutura fundiária. O país convive com latifúndios dissimulados pelo Direito de Uso e Aproveitamento da Terra-DUAT, que destina terras, por exemplo, por cinquenta anos para empresas multinacionais.

**Tabela 1** - Moçambique - Número de explorações agropecuárias -2009/2010.

Pequenas	Médias	Grandes	Total
3.801.259	25.658	884	3.827.801

**Fonte:** Censo Agro-Pecuário-2009/2010. **Organização:** SILVA, Edson Batista da, 2019.

Do mesmo modo, o número significativo de propriedades que detém de 0,1 a 20 hectares demonstra a ampliação da minifundização (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009/2010). O campesinato moçambicano vê no horizonte a possibilidade de tornar-se camponês sem-terra, fato já concretizado para inúmeros deles no país. Isso é o resultado de alianças firmadas entre os dirigentes políticos e os capitalistas nacionais e internacionais. Nesse ponto, a definição de Mosca (2009) é lúcida: a política torna-se *negócio-política*, instrumento para barganhas pessoais, para enriquecimento classista, em detrimento das classes exploradas moçambicanas, que são atingidas pela acumulação primitiva e pela superexploração do trabalho.

Na tabela 2, observa-se o predomínio das pequenas propriedades como aquelas que concentram a maior área cultivada em hectares. As pequenas unidades de produção detêm 97% dos hectares cultivados, a média propriedade fica com 2%, enquanto a grande possui 1%. Qual tipo de travessia poderia ser mencionada nesse caso? Pode-se ampliar a área cultivada dos maiores imóveis rurais, até porque há áreas ociosas, a despeito do fato de que concentram a menor área de terras. Evidentemente que isso ocorrerá com a ampliação dos projetos de grande escala. Embora a passagem necessária relaciona-se à transformação das formas de cultivo e criação dos pequenos imóveis rurais.

**Tabela 2** - Moçambique - Área cultivada segundo o tipo de exploração em hectares -2009/2010.

Pequenas	Médias	Grandes	Total
5.428.571	130.651	74.628	5.633.850

**Fonte:** Censo Agro-Pecuário-2009/2010. **Organização:** SILVA, Edson Batista da, 2019.

Há um consenso coletivo, sobretudo nas instituições do Estado moçambicano que decidem as políticas agrícola e agrária, de que a “Revolução Verde” é o caminho para ampliação da produção e da produtividade no campo. Esse entendimento produz esforços de promoção da revolução cultural no campesinato, com difusão de adubos químicos, de agrotóxicos, de sementes transgênicas e híbridas, entre outros elementos técnicos que dependem do abandono do saber/fazer intergeracional dos camponeses, articulado na agricultura de sequeiro, com derrubada, queima e formação da roça. A suposta superioridade

técnica do pacote tecnológico vendido pelas corporações precisa ser reconhecido pelos que cultivam a terra.

Eles necessitam metamorfosear-se em agricultores familiares. Entre as táticas de convencimento, há argumentos ideológicos: a “Revolução Verde” solucionará a fome no país. Entretanto, esconde-se o preço pago pelo conjunto da sociedade com a adoção desse projeto, que destrói a autonomia do campesinato. No Brasil, segundo informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, destinado ao campesinato, foi de 31 bilhões de reais em 2018/2019.

O Plano Agrícola e Pecuário destinado aos empresários rurais foi de 194,3 bilhões de reais. O Estado moçambicano, como demonstrado, possui capacidade orçamentária aquém das necessidades de financiamento da “Revolução Verde.” Na tabela 3, os dados confirmam essa assertiva. Os provedores de insumos são responsáveis por 42% do crédito destinado as explorações agropecuárias, as outras fontes 20%, o governo 16%, as sociedades ou cooperativas de crédito 8%, os familiares e amigos 5%, os bancos comerciais 4%, os grupos de autoajuda 3% e os bancos de desenvolvimento agropecuário 2%.

**Tabela 3** - Moçambique - Número de explorações com acesso ao crédito para a prática agrícola segundo a fonte de crédito 2009/2010.

Bancos comerciais	Bancos de desenvolvimento agropecuário	Sociedades ou cooperativas de crédito	Provedores de insumos	Grupos de autoajuda	Familiares e amigos	Governo	Outras fontes
3.277	1.745	7.397	36.480	2.782	4.538	14.024	17.731

Fonte: Censo agro-pecuário-2009/2010. Organização: SILVA, Edson Batista da, 2019.

Além disso, apenas 86.046 pequenas propriedades contam com acesso a crédito para a prática agrícola, a elas se somam 1.790 médias unidades de exploração e 134 grandes unidades de produção (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009/2010). No Brasil o Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC financiam políticas públicas para o agronegócio. No Brasil, há a sustentação política e econômica do agronegócio (TEIXEIRA, 2013). O campesinato brasileiro percebeu que o projeto do *agribusiness* beneficia principalmente os latifundiários, as corporações multinacionais e os capitalistas financeiros. Por isso, os camponeses ocupam, acampam, apresentam novos modos de cultivar e criar no campo, cuidando das suas culturas agrícolas e criação de animais, pois o papel produtivo cabe à natureza.

Também entenderam que precisam perguntar o que a natureza precisa, não o que a indústria necessita. Por isso negam a “Revolução Verde”, cuidam, guardam suas sementes crioulas, adotam a agrobiodiversidade para potencializar sinergias, combinações, relações inter e intraespecíficas benéficas ao controle biológico das espécies, ao ciclo biogeoquímico do solo. Os camponeses brasileiros desenvolvem a agroecologia e por meio dela recriam-se concomitantemente. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra-MST, no Movimento Camponês Popular-MCP, no Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, no Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB, na Articulação do Semiárido, na Comissão

Pastoral da Terra-CPT, dentre outras organizações e entidades de apoio ao campesinato brasileiro, estão construindo e experimentando outro mundo possível.

Os camponeses sabem que, no mundo da “Revolução Verde”, no mundo do agronegócio, cabem poucos sujeitos sociais, por isso estão inventando um mundo agropecuário que os caibam. Não afirma-se, com isso, que o campo moçambicano não necessite estar em travessia, as travessias nunca terminam no saber/fazer agropecuário. A questão é a quem atende a travessia em que se encontra o campo em Moçambique. Na tabela 4, nota-se que de um montante de 3.801.259 pequenas propriedades, 2,45% utilizam pesticidas, de 25.654 médios imóveis rurais, 9,55% fazem uso de agrotóxicos e de 884 grandes unidades de produção, 29,75% utilizam venenos. A Tabela 5 revela que 3,69% dos pequenos imóveis rurais usam fertilizantes químicos, percentual que corresponde a 10,65% para as médias propriedades e de 31,44% para os grandes imóveis rurais. Quanto à mecanização, há em Moçambique 59.467 tratores, com destaque para as províncias de Maputo, que possui 23.973 máquinas agrícolas, Gaza com 13.542, Sofala com 6.399 e Manica com 4.892 tratores (CENSO AGROPECUÁRIO 2009/2010).

**Tabela 4** – Moçambique - Número de explorações que utilizam pesticidas 2009/2010.

Pequenas	Médias	Grandes	Total
93.194	2.452	263	95.909

**Fonte:** Censo Agro-Pecuário-2009/2010. **Organização:** SILVA, Edson Batista da, 2019.

Conforme esse censo, também destaca-se o uso de charruas, espécie de arado puxado por cavalos. Gaza detém 20.141 charruas, Manica 18.382 e Maputo 13.385 charruas. Há no país 8.017 motobombas, Gaza detém 2.050 e Tete 1.091 motobombas. Contabiliza-se, da mesma forma, 12 minitratores no país, 105 grades de aragem do solo, 36 semeadoras, 53 sulcadeiras e 23 ceifadeiras. O uso desses equipamentos concentram-se nas províncias de Gaza, Maputo e Sofala. Do mesmo modo, 3.998.129 pequenas propriedades utilizam instrumentos técnicos de processamento da produção, 28.532 médias unidades de produção também fazem uso desses equipamentos e 322 grandes imóveis lançam mão de objetos técnicos de transformação da produção (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009/2010).

**Tabela 5** - Moçambique - Número de explorações que utilizam fertilizantes -2009/2010.

Pequenas	Médias	Grandes	Total
140.516	2.733	278	143.527

**Fonte:** Censo Agro-Pecuário-2009/2010. **Organização:** SILVA, Edson Batista da, 2019.

De acordo com esse censo, 5,20% das pequenas propriedades utilizam a irrigação para realização da produção. Esse percentual corresponde a 14,48% para as médias unidades de produção e 31,44% para os grandes imóveis rurais. Moçambique, similar ao Brasil, desenvolve a modernização agropecuária seletiva e excludente, com privilégio a determinadas regiões, culturas agrícolas, agricultores e unidades de produção. Os dados demonstram que a “Revolução Verde” em Moçambique está no início do processo de realização. Reconhece-se que há fragilidades na agricultura do país, edificada nos conhecimentos empíricos, no uso de equipamentos técnicos simples, nas práticas da agricultura de sequeiro, sustentada na derrubada, queima e plantio das culturas agrícolas.

A produção e a produtividade são diminutas, além disso, a ampliação do desmatamento, do uso contínuo do solo, sem adoção em grande escala de técnicas autônomas de fertilização, de controle biológico das espécies indicadoras, de mecanização adaptada às condições ambientais e a agrobiodiversidade são fatores que tendem a ampliar o desequilíbrio ambiental.

Conforme o Censo Agropecuário (2009/2010), 1.552.905 pequenas e médias propriedades utilizam o cultivo em linha, 3.032.535 realizam consorciação de culturas, 1.034.226 utilizam rotação de culturas e 1.099.905 lançam mão do fogo para cultivar a terra. Entende-se que os movimentos sociais camponeses de Moçambique, como a UNAC, a UGC, a universidade moçambicana, sobretudo aquela envolvida com os estudos agrários, precisam negar a monocultura mental.

Esses agentes necessitam refutá-la com argumentos técnicos, sociais, econômicos e políticos e propor outras matrizes de produção para o campo. É possível produzir no campo sem o uso de venenos, sementes transgênicas, fertilizantes químicos, medicamentos veterinários industrializados, mecanização pesada contínua. No Brasil, há experiências bem sucedidas, desenvolvidas pelo MST, por exemplo, no estado de Goiás, no acampamento produtivo Dom Tomaz Balduino, situado no município de Formosa, no Assentamento Cunha, localizado no município de Cidade de Ocidental, dentre outros assentamentos coordenados pelo movimento. As experiências de produção de sementes crioulas, de adubos verdes, de melhoramento fitoparticipativo, de pastoreio racional *Voisin* desenvolvidas por esse movimento, pelo MCP, pelo MPA, pelo MAB comprovam que é possível a potencialização da produção camponesa agroecológica (SILVA, 2014 & 2018). Se a escolha é pela construção de uma modernidade alternativa, contrária à modernidade imperialista, a tessitura de redes e territórios dissidentes<sup>7</sup> torna-se fundamental.

A participação da UNAC na Via Campesina é um elemento importante na instalação desse projeto agropecuário alternativo para o campo moçambicano. Moçambique conta com um campesinato na terra; o Brasil, pelo contrário, tem um campesinato *desterrado*. A luta no Brasil é para entrar e permanecer na terra. Em Moçambique a modernidade alternativa deve defender a permanência do camponês na terra, com formação de um campo vivo, agrobiodiverso, autônomo. Nessa travessia, um dos desafios é superar o patriarcado. Brasil e Moçambique possuem similaridades nas desigualdades de gênero. O Gráfico 1 aponta que as mulheres possuem menor acesso à alfabetização, ao ensino de 1º e de 2º grau, ao ensino técnico médio e básico, ao ensino superior.

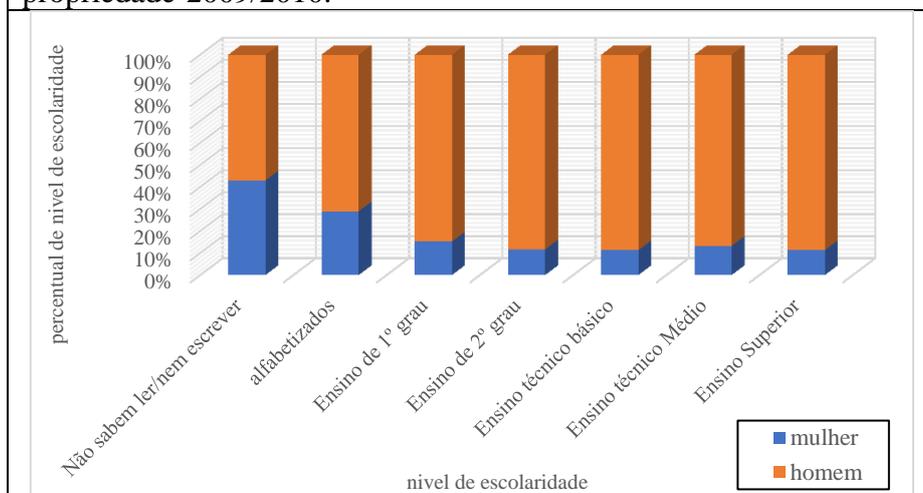
Como descreve Assane, Marques e Nhambire (2015), a mulher moçambicana retira da terra as condições de reprodução familiar, acorda cedo, realiza a higiene e fornece alimentação para as crianças, limpa a casa e o pátio e depois desenvolve o trabalho agrícola. Conforme os autores, são as mulheres que colorem o chão de Moçambique com a agricultura de resistência.

Elas também são atingidas pela penosidade do trabalho, tanto pelo uso da enxada de cabo curto, a falta de equipamentos de proteção para os pés e as mãos (botas e luvas), quanto pela responsabilidade majoritária pelo trabalho na machamba. A despeito disso, elas não são maioria na direção das propriedades. Em Moçambique, apenas 1.051.679 pequenas e médias propriedades são chefiadas por mulheres, enquanto 2.775.234 são comandadas por homens (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009/2010).

---

<sup>7</sup> Souza (2013) menciona que os territórios dissidentes envolvem ações coletivas, emancipatórias, práticas espaciais reterritorializadoras, que visam reestruturar o espaço. As reterritorializações podem ser restritas e amplas. Os territórios dissidentes são moveis, explosivos, instáveis, pelo confronto com os grupos hegemônicos e o Estado.

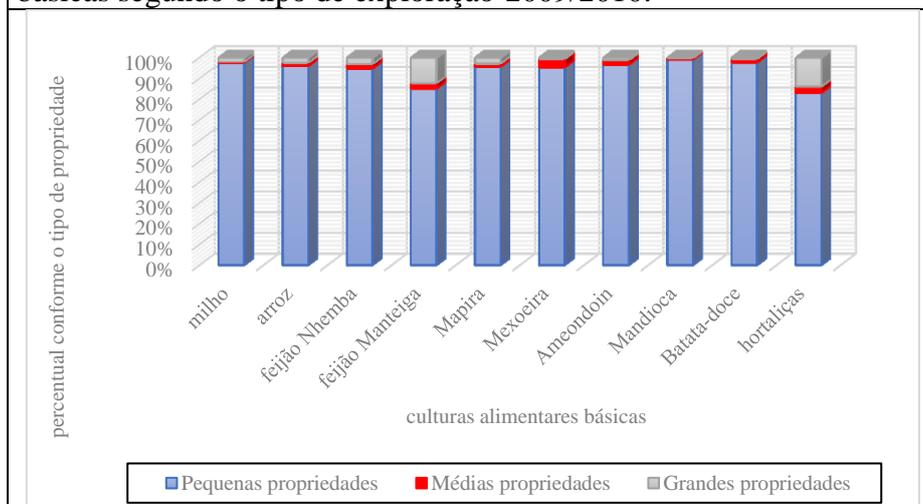
**Gráfico 1 – Moçambique – Percentual de pequenas e médias explorações por nível de escolaridade, conforme o sexo do chefe da propriedade-2009/2010.**



**Fonte:** INE-Censo agropecuário, 2009/2010. **Elaboração:** SILVA, Edson Batista da.

No campo moçambicano, nem tudo precisa ser substituído, mas apenas potencializado. Exemplo disso é a produção e a produtividade das culturas alimentares básicas. O Gráfico 2 demonstra o percentual de produção de milho, arroz, mapira (sorgo), maxoeira (painço), mandioca, batata doce, feijão Nhemba, Manteiga e hortaliças pelas pequenas propriedades. A alimentação da sociedade moçambicana é garantida principalmente pela produção camponesa. A soberania alimentar no país passa pela defesa da pequena propriedade e de modelos agropecuários que garantam autonomia ao campesinato. A comparação dos Gráficos 2 e 3 evidenciam que as médias propriedades dedicam-se principalmente às culturas de exportação, enquanto as pequenas propriedades produzem tanto para autoconsumo, quanto para o mercado interno.

**Gráfico 2 – Moçambique – Área percentual de culturas alimentares básicas segundo o tipo de exploração-2009/2010.**

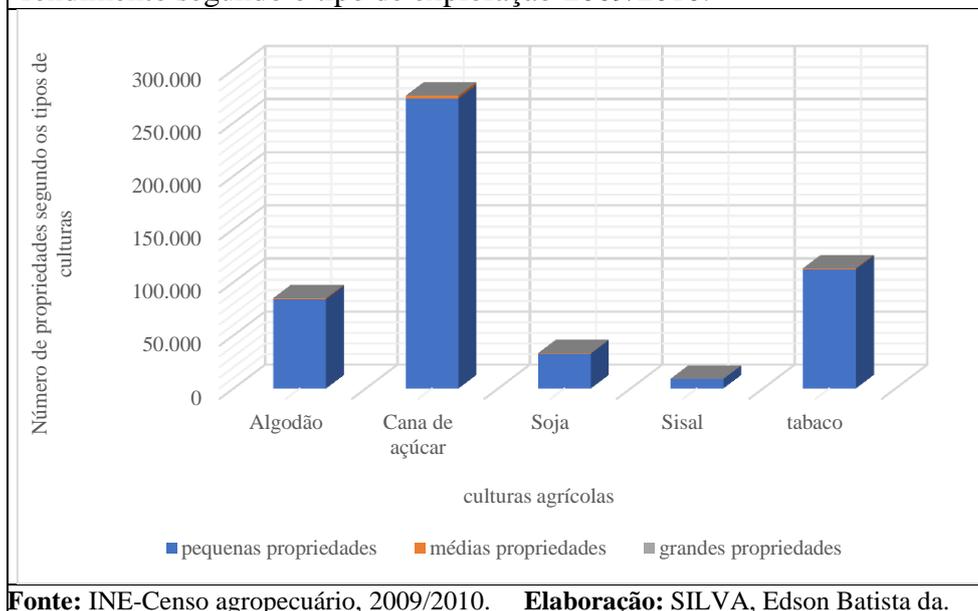


**Fonte:** INE-Censo agropecuário, 2009/2010. **Elaboração:** SILVA, Edson Batista da.

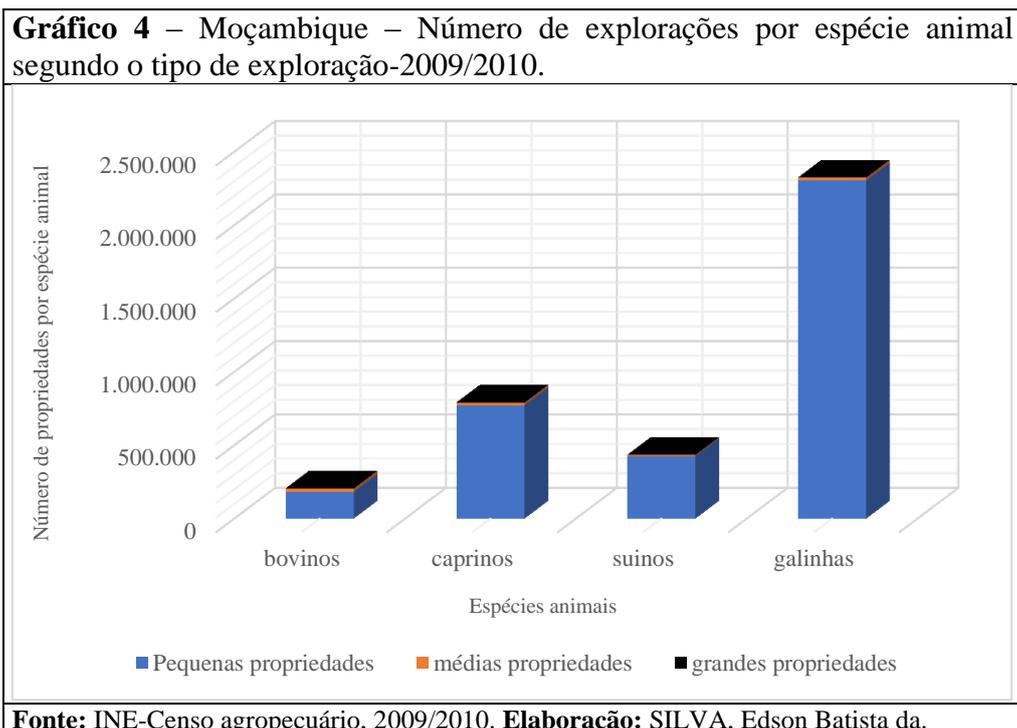
A esse respeito, Paulino (2011 & 2015) defende que, no Brasil, a agricultura familiar inserida no agronegócio é mais eficiente, assim como é responsável pela geração de renda e emprego no campo. Os latifúndios brasileiros são reservas de valor e instrumentos de especulação imobiliária. Em Moçambique, contraposto ao Brasil, os latifúndios não concentram a maior área, mas há concessões ociosas, utilizadas como reservas de valor. O Gráfico 3 mostra que as culturas agrícolas tradicionais de exportação do período colonial associam-se à expansão da soja, cereal típico da modernização conservadora no Brasil. O Gráfico 4 apresenta a criação bovina. Além da criação de pequenos animais concentrados nas pequenas explorações.

As grandes propriedades tem importância diminuta na criação animal. Parece que a pequena propriedade, a machamba e a mulher moçambicana camponesa são legendas de interpretação do campo moçambicano, assim como são os projetos agrícolas, minerários, turísticos e energéticos. Outra travessia que deve ser potencializada e ampliada é a produção e a produtividade das espécies frutíferas. Segundo o Censo Agropecuário (2009/2010), há 37.553.108 cajueiros em pequenas propriedades em Moçambique, 488.215 em médias explorações e 149.993 em grandes unidades de produção. Também destaca-se o cultivo de banana, abacate, laranja, goiaba, limão, manga e mamão. Mas o país enfrenta escassez de alimentos, devido aos processos de minifundização, a ocorrência de secas, ciclones, cheias, a ampliação de “pragas”, a falta de insumos, de mão de obra e as perdas após a colheita, dadas as deficiências de armazenamento (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009/2010).

**Gráfico 3** – Moçambique – Número de explorações por culturas de rendimento segundo o tipo de exploração-2009/2010.



Os camponeses utilizam estratégias para minimizar essa situação. Para tanto, contratam mão de obra, ampliam a autoexploração do trabalho familiar, tecem relações de ajuda mútua, vendem ou alugam a propriedade, dedicam-se a outras atividades, como o comércio e o trabalho nas minas sul-africanas, utilizam crianças no trabalho agrícola, realizam empréstimos e pedem doações, usam as reservas da poupança, vendem bovinos, suínos e caprinos, consomem menos peixe, carne vermelha e vegetais (CENSO AGROPECUÁRIO, 2009/2010).



As diversas atividades desenvolvidas em Moçambique, tais como: os trabalhos de campo realizados nas cidades de Maputo, Nampula, na Ilha de Moçambique, em machambas em Inhambane; na oficina: *O espaço agrário goiano: da agricultura camponesa ao agronegócio*, realizada na Universidade Eduardo Mondlane, especificamente na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane; nas mesas redondas, grupos de trabalho e diálogos coletivos com professores universitários moçambicanos, enfim, tudo contribuiu para apreender fenômenos e aspectos do campo e das cidades daquele país.

Na cidade de Nampula deparou-se com a manifestação pró-RENAMO. Na oportunidade, os manifestantes comemoravam a eleição de representantes para direção dos distritos da província e para a capital, Nampula. Como se nota na Foto 1-imagem 2, os manifestantes entoavam cantos na língua *Emakhuwa*, proferiam palavras de ordem, agitavam bandeiras da RENAMO. Esperança, ódio, ira, revolta, fúria contra os dirigentes da FRELIMO misturam-se numa multidão em frenesi. Um boneco do prefeito atual da cidade, pertencente à FRELIMO, era malhado pelo cortejo de homens, mulheres, jovens, crianças.

Conforme depoimento de professores da Escola Superior de Hotelaria e Turismo - Universidade de Eduardo Mondlane e de um habitante local, o conflito RENAMO/FRELIMO pós-independência, devido às discordâncias do projeto de condução do país, resultou na guerra civil. No interior da FRELIMO havia socialistas revolucionários e forças moderadas, que resultou na cisão do partido e criação da RENAMO, força política apoiada pela Rodésia, pela África do Sul e pelos EUA (HERNANDEZ, 2005). Afonso Dhlakacama tornou-se o principal líder da RENAMO e nas províncias do Norte de Moçambique o partido conquistou, depois da guerra civil, o poder em muitos distritos e cidades importantes, como Nampula.

Segundo os interlocutores, a precariedade do sistema de saúde, educação, com a falta de materiais básicos, as longas filas de espera de atendimento, assim como denúncias de corrupção de dirigentes da FRELIMO, ampliaram o caldo de ódio, fúria, raiva e negação do partido. Há um inconformismo dos sujeitos do campo e da cidade do Norte do país com a gestão do poder. Hernandez (2005) descreve que conflitos etnorregionais também explicam a aversão à FRELIMO. A sua direção foi formada pela aliança de dirigentes intelectuais do Sul

com a população Maconde do Norte, inimiga histórica da etnia *mackua*, majoritária na porção setentrional do país.

**Figura 1** – Moçambique – Mosaico sobre usos, fazeres, deslocamentos no espaço urbano - 2019.



**Autor:** Missão científica. 2018.

A esse turbilhão político, somam-se os indícios de influência extremista islâmica no norte de Moçambique, como o atentado ocorrido na província de Cabo Delgado em 2018. Acredita-se que para o cidadão moçambicano, o partido que se encontra há 45 anos no poder, assume atualmente o lugar social do opressor, acusado de apropriação indevida de recursos públicos, de terras, de burocratização extrema do Estado. Sua manutenção no poder se deu pela força e pela fraude eleitoral. Segundo os entrevistados, processos de apuração eleitoral arrastam-se por semanas, há apagões estratégicos durante as computações de votos, principalmente nos momentos decisivos.

Essas situações ocasionam tumultos, a população aglomera-se próximo aos locais de apuração. Na eleição, realizada em 10 de outubro de 2018, a polícia foi impedida por habitantes de Nampula de entrar no local de apuração, um disparo de um policial foi suficiente para que os cidadãos tomassem-lhe a arma. Foram também obtidos relatos de assassinatos cometidos pela polícia na última eleição. Um transeunte questionado foi categórico: *as forças de segurança posicionam-se a favor da FRELIMO*. No dia do trabalho de campo na cidade de Nampula, 13 de outubro de 2018, os resultados definitivos das eleições municipais não tinham sido divulgados pela Convenção Nacional das Eleições.

A imagem 2, presente na foto 1 documenta o inconformismo, a ira, o ódio, o desejo de sucessão do poder nas províncias, nas cidades do Norte de Moçambique. A derrota do opressor é motivo de comemoração, de exaltação. Como percepção inicial, falta reinvenção, criação, autocrítica, desapego ao poder na FRELIMO. O partido socialista adotou medidas neoliberais, aderiu ao projeto político da principal força política de oposição, a RENAMO. Nas imagens 1, 3 e 4 (Foto 1) nota-se que, de modo geral, as cidades moçambicanas são populosas, ricas em diversidade étnica, em credos, em formas de “*ganhar a vida.*” A imagem 1 documenta o mercado informal, instalado nas diferentes cidades moçambicanas.

Nele, vende-se de tudo um pouco; tênis, sapatos, roupas, frutas, sacolas, capulanas, bijuterias, legumes, verduras, etc.

O mercado informal funciona como linha de fuga do desemprego, da miséria absoluta, da fome. O Estado o utiliza para diminuir o potencial de convulsões sociais. Nele, há estratégias próprias de comercialização, vendem-se montinhos de frutas e verduras, aproximadamente seis ou cinco unidades, em prejuízo de vendas por quilo. O comerciante pobre comercializa com o consumidor pobre. O mercado informal revela a relação campo-cidade. Frutas, verduras, carvão, lenha, etc adquiridos de camponeses por preços irrisórios são comercializados na cidade. Camponeses atingidos pelos efeitos da acumulação primitiva tem a informalidade como meio de sobrevivência, contribuem para reprodução ampliada do capital.

O avanço do agronegócio, sob os desígnios da “Revolução Verde”, tendem ampliá-lo. Compreende-se que Moçambique, diferente do Brasil, é um país agrário, não atingiu a condição de país industrializado de fordismo periférico, a capacidade de absorção do campesinato expulso no mercado de trabalho formal é diminuta. A informalidade em Moçambique também revela-se no transporte público, no uso das chapas, sejam minivans, sejam caminhões pequenos (imagem 3). Assane, Marques, Nhambire (2015) explicam que os proprietários das minivans recebem concessão do governo para circular em rotas pré-definidas. Eles terceirizam a exploração do serviço a motoristas e cobradores. O pagamento é realizado conforme metas alcançadas, o que estimula a superlotação e ocasiona acidentes. Esse é outro *front* de ocupação para aqueles que são expropriados do campo, alojados em habitações de zinco (imagem 4), ou cobertas com capim e edificadas com paredes de caniço.

A pesquisadora da Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula, Alice Omar, relatou que Nampula vive acelerado crescimento populacional. Na cidade, os espaços intra-urbanos são organizados conforme os modos de vida camponeses. Nela, proliferam-se assentamentos informais, incentivados pelo Estado, devido ao direito ao solo ocupado após 10 anos de habitação. Camponeses desterrados, trabalhadores informais, desempregados habitam casas de caniço, zinco, adobe e cobertas por palhas. Banqueiros, comerciantes, dirigentes políticos residem em habitações que seguem o padrão arquitetônico ocidental.

No trabalho de campo pela cidade a segregação espacial revela-se na precariedade do asfalto, da iluminação pública, dos postos de saúde, das escolas, com o esgoto a céu aberto, as casas de taipa, cobertas com capim, a comunicação em *Emakhuwa*, dado o elevado índice de analfabetismo. Há uma cidade das classes abastadas e outra das classes exploradas. Fernando, que acompanhou o deslocamento pela periferia relatou: “aqui [na periferia] todos falam *Emakhuwa*, muitos falam apenas essa língua, porque nunca foram à escola.” Segundo o interlocutor, a *cachaça* é a linha de fuga da miséria, da fome, da ausência de utopias. A violência urbana relaciona-se à desentendimentos cotidianos, que alimentam a pistolagem, com alguns poucos meticais, contrata-se alguém para “*dar cabo*” da vida de desafetos.

A favela de Nampula apresentou os vendedores de carvão, de laranja, de pescados, de verduras, de utensílios fabricados por ferreiros, os vendedores de roupas usadas, de capim, de doces. Revelou o mundo dos alfaiates, das barbearias, das mulheres sorridentes com suas capulanas, burcas, dos meninos alegres e delicados que improvisam brinquedos. O colonialismo, o imperialismo, o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado produziram os hiperprecarizados. Sujeitos que labutam cotidianamente e mesmo assim são alegres, honestos, conquistam no punho a sua reprodução social. No trabalho de campo na Ilha de Moçambique, as faces do colonialismo manifestaram-se no transporte ferroviário, na Fortaleza, com seu campo de fuzilamento de escravos e soldados rebeldes.

Do mesmo modo, expressou-se na cidade baixa, local de extração de rochas para edificação de infraestruturas do período colonial. Hoje ocupada por casas de taipa cobertas

com capim, sem saneamento básico e outros equipamentos públicos. Nela, os deserdados da terra vivem no limiar da sobrevivência, seus olhares expressam a miséria do mundo, construída pelo imperialismo. Nos trabalhos de campo, saltou aos olhos as evidências de um país agrário (Figura 2). Vilas, plantações de mandioca, de banana, de algodão, de caju, mulheres circulando por caminhos com latas na cabeça, crianças sentadas em círculo sob a sombra de mangueiras, sujeitos circulando a pé, de bicicleta, de motocicletas nos caminhos vicinais e nas margens da rodovia.

**Figura 2** – Moçambique – Mosaico de formas de uso e apropriação do campo-2019.



**Autor:** Missão científica. 2018.

O agrário revela-se nas machambas, no comércio informal de lenha, nas criações de animais, nas vilas, nos projetos de grande escala (Figura 2). As imagens 1, 2 e 3 documentam um campo do campesinato, da agricultura familiar, com suas criações bovinas de linhagem crioula, suas vilas, seu comércio informal de lenha, capim, caju, amendoim, mandioca, etc. realizado às margens das rodovias. Em contraposição, a imagem 4 expressa o campo do agronegócio, com seus empreendimentos agrícolas, minerários, energéticos. Conforme o professor Eduardo Bata, da Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula, os empreendimentos de mineração e agrícolas expulsam camponeses e pescadores de suas terras. O Estado institui isenções fiscais, flexibilizações da legislação ambiental, que precarizam o trabalho e a vida no campo.

Segundo Moniz Zeca Caetano, professor da Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula, os empreendimentos turísticos desrespeitam a legislação ambiental, com ocupação de dunas primárias. Também descaracterizam a paisagem, com desmatamento do manguezal, assim como ocasionam conflitos de terra, porque ocupam áreas de comunidades camponesas. Para ele o turismo promove o espaço geográfico desigual e o conflito de classes. De um lado estão os capitalistas do setor turístico, do outro, estão os trabalhadores empobrecidos e os camponeses expulsos da terra. Mas os camponeses moçambicanos resistem, cultivam suas machambas (Foto 4-imagem 4) organizam-se em movimentos sociais (imagem 2), constroem infraestruturas de contenção da água salgada (imagem 3) estão atentos a outras possibilidades de ser e existir no tempo e no espaço (imagem 1).

**Figura 3** – Moçambique – Mosaico sobre os fazeres produtivos e políticos camponeses-2019.

**Autor:** Missão científica. 2018.

Na oficina: *O espaço agrário goiano: da agricultura camponesa ao agronegócio* foram ouvidos relatos dos camponeses do município de Inhambane. Eles entendem as machambas como espaços de vida, como essenciais para a sobrevivência familiar. Nelas, produzem para o autoconsumo e para a comercialização. Estão localizadas nos fundos de vale, nas margens dos rios, aonde são mais produtivas, em detrimento daquelas situadas em terras altas. As dificuldades de conservação das sementes, de adubação, de controle das espécies indicadoras, a ausência de políticas públicas do Estado tornam-se insuficientes a produção de milho e mandioca para o autoconsumo.

As enchentes, do mesmo modo, dificultam a produção, porque inundam as áreas de cultivo situadas nos fundos de vale, nas margens dos rios. A cidade, da mesma maneira, avança sobre as machambas. Apesar disso, nelas os camponeses cultivam mandioca, abóbora, hortaliças, coqueiro, caju. O trabalho penoso produz endemias, como: doenças na coluna, devido à enxada de cabo curto e micoses nos pés e nas mãos, devido à ausência de botas e luvas de proteção. As contradições do desenvolvimento capitalista no campo moçambicano e a precariedade das políticas públicas promovem a formação de associações. Em Inhambane há, aproximadamente, vinte e três associações camponesas. Nelas, os camponeses lutam pela obtenção de equipamentos técnicos simples, como enxadas, ou por insumos, como sementes e acesso à infraestrutura de energia, água tratada e melhoramento das estradas.

Na visita às machambas, em Inhambane, foram constatados o plantio de mandioca, alface, couve, batata doce, tomate, milho, cana de açúcar, beterraba, cenoura, repolho, abóbora, feijão, cebola, pepino. Nelas, há arrendamentos de áreas, os camponeses idosos cedem suas machambas por aproximadamente 1.000 meticais. Aquelas instaladas em áreas de manguezal implicam na construção de diques (imagem 3), para eliminar a penetração da água salgada. No cultivo, os camponeses utilizam cobertura de capim para proteção das espécies

cultivadas e aumento da fertilidade do solo. Eles também lançam mão de insumos comprados, como: a ureia, o salitre, as enxadas.

Questionados, negaram o uso de agrotóxicos, devido às restrições orçamentárias para sua aquisição. Do mesmo modo, utilizam adubos orgânicos e comercializam a produção com intermediários, ou vendem-na diretamente em feiras e mercados como os mercados Central, do Jiló e de Cicutinuni, localizados na cidade de Inhambane. O Estado moçambicano fornece sementes, enxadas, outros insumos e instrumentos de trabalho. Contudo, há atrasos na entrega e não há assistência técnica. O conjunto das machambas visitadas são administradas pela associação. Há somente uma machamba coletiva. Na localidade, residem vinte e sete famílias, que produzem para o autoconsumo e para a comercialização, 50% delas retiram a renda apenas da machamba, também criam pequenos animais, como: porcos, galinhas e rebanho bovino. Segundo uma camponesa:

Aqui na baixa trabalhamos bem. Mas dentro do trabalho temos dificuldades, porque não tem botas, nem regador. Temos pragas que devastam nossa lavoura, não temos meios para comprar medicamentos [*agrotóxicos*]. Temos dificuldade de comprar sementes, dificuldades de transporte para levar a produção [*para a cidade*].

Outra camponesa menciona:

Uma das dificuldades é a invasão da água salgada. Se tivesse ajuda para fechar os diques seria bom, porque com as pás é difícil. Perdemos toda cultura quando a água invade. Ainda pagamos a água fornecida pela SIPAGUE [*empresa estatal de Inhambane fornecedora de água*].

Como ocorre no Brasil, a agricultura familiar em Moçambique é subalternizada. Historicamente, o campo e o campesinato no país receberam atenção diminuta do Estado. O propósito atual é transformar os camponeses em agricultores familiares, travessia que não solucionará os problemas apresentados pelos interlocutores acima. A subordinação e a apropriação da renda da terra permanecerão nesse modelo de produção, por isso a luta pela soberania alimentar, pela modernidade alternativa devem ser o *front* de luta para os camponeses moçambicanos, organizados pela UNAC.

### Considerações finais

O campo moçambicano pode ser analisado conforme três períodos históricos: o período colonial, o período socialista e o período neoliberal. Em todos esses momentos, o campesinato foi atingido pela acumulação primitiva. A sobreposição do sistema jurídico colonialista ocidental sobre o direito consuetudinário funcionou como instrumento normativo coercitivo de espoliação do campesinato no período colonial. Os *prazos da coroa*, as concessões, o trabalho correcional, compulsório, o *chibalo* e escravidão funcionaram como mecanismos de violência extraeconômica que alimentou a violência econômica de extração da mais-valia.

No período socialista, a acumulação primitiva revelou-se na negação do direito camponês de retorno à terra dos antepassados, na exploração da mão de obra camponesa nos monocultivos, na determinação dos preços da mercadoria camponesa. Atualmente, as privatizações, as concessões, a apropriação de bens comuns pelos projetos de grande escala, os *royalties* de sementes, de agrotóxicos, as patentes industriais de máquinas autotripuladas, a “fertilidade fabricada”, o mercado coercitivo mundializado revelam faces contemporâneas da acumulação primitiva que atingem o campo e o campesinato moçambicano.

O campo no país encontra-se em travessia. O agronegócio, sob os desígnios da “Revolução Verde” é a solução dos dirigentes políticos, dos capitalistas nacionais e internacionais para os problemas do campo moçambicano. Os movimentos camponeses moçambicanos negam essa tese, apresentam a produção sustentável, a defesa do direito do camponês à terra, o uso de tecnologias sociais e, principalmente, o direito a soberania alimentar. Eles sabem que o projeto hegemônico tende a aprofundar a acumulação primitiva e a expulsão camponesa, para sustentar a reprodução ampliada. Nesse projeto, o lugar social do campesinato permanecerá subalternizado.

Por isso o programa: *sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências da economia criativa do Cerrado brasileiro às savanas em Inhambane/Moçambique* foi importante como instrumento de potencialização da modernidade alternativa para o campo moçambicano. A construção de outro mundo possível, um mundo que caiba outros mundos, foi fortalecida por meio de diálogos propositivos, criativos, horizontalizados, oportunizados pelo desenvolvimento do projeto.

## Referências

ALVES, Vicente Eudes Lemes. A questão agrária brasileira e moçambicana: semelhanças e diferenciações. **GEOUSP-espaco e tempo**, São Paulo, nº 29, especial, 2011. P. 54-77.

ASSANE, Abdul; MARQUES, Ana Carolina; NHAMBIRE, Obed. A rota da alface: produção e gênero em Inhambane/Moçambique. **Revista Interface**, nº 9 de jun. de 2015, p.159-174.

BATA, Eduardo. **Ordenamento e Desenvolvimento Territorial: experiências brasileiras e moçambicanas**. Palestra proferida na Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula, Nampula, 15 de out. de 2018.

BROUWER, Roland. Dinâmicas agrícolas e agrárias: desenvolvimento rural e meio ambiente. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: UFGRS, Programa de Pós-graduação em desenvolvimento rural, 2009. p. 242-262.

CAETANO, Moniz Zeca. **Turismo, Território e Desenvolvimento: discursos e práticas de exclusão**. Palestra proferida na Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula, Nampula, 16 de out. de 2018.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; FREI, Vanito Viriato Marcelino; MACARINGUE, Ernesto Jorge. Mineração e apropriação da terra em Moçambique: algumas reflexões sobre o processo de expropriação das comunidades locais. In: **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, a construção do Brasil: geografia, ação política e democracia**. São Luís: AGB, 2016. 12 p.

FALCÃO, M. P. Política e Política Agrária: experiência moçambicana. In: ALMEIDA, Jalcione. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: UFGRS, Programa de Pós-graduação em desenvolvimento rural, 2009. p. 220-241.

GEMO, Hélder R. Extensão rural em Moçambique: evolução, desafios e perspectivas. In: ALMEIDA, Jalcione. **Políticas públicas e desenvolvimento rural: perspectivas no Brasil e**

em Moçambique. Porto Alegre: UFGRS, Programa de Pós-graduação em desenvolvimento rural, 2009. p. 149-183.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Interpretações geográficas em Moçambique: África e experiências dialógicas na terra de boa gente (Inhambane). **Revista Pegada**, v. 19, nº 2, mai./ag. 2018, p. 410-437.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo** (Tradução de Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Edições Loyola, 2014. 201 p.

HERNANDEZ, Leila Leite. As rotas para a independência e o fim do ultracolonialismo: o império português e a questão colonial na África. In: \_\_\_\_\_. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 503-612.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Censo Agropecuário 2009/2010: resultados definitivos-Moçambique**. Maputo: INE, 2011. 115 p.

\_\_\_\_\_. **Síntese de conjuntura econômica-IV trimestre, nº 23, 2018**. Maputo: INE, 2019. 24 p.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas e indicadores sociais, 2013-2014**. Maputo: INE, 2014. 48 p.

\_\_\_\_\_. **Moçambique em números, 2014**. Maputo: INE, 2015. 59 p.

MACARINGUE, Ernesto Jorge. **Modernização da agricultura no distrito de Monapo em Moçambique no contexto de redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial 2004 a 2017**. 2018. 313 p. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia-Instituto de estudos Socioambientais), Universidade federal de Goiás, Goiânia.

MADUREIRA, Margarida Paulos e Cruz. **Mega-projetos e transição agrária: o caso do projecto Wanboo (Moçambique)**. 2013. 49 p. Dissertação de mestrado (Mestrado em desenvolvimento e cooperação internacional) - Universidade de Lisboa-Instituto Superior de economia e gestão, Lisboa, Portugal, 2013.

MAGDOFF, Fred. Apropriações de terras em el siglo XXI. Acumulacion por desposesión agrária. **3º Época (Los comuns: procesos de reapropiación versus nuevos cercamientos)**, nº 02, julio de 2016, p. 135-162. Edição especial.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência (a questão política no campo)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 181 p.

MARX, Karl. **A origem do capital: a acumulação primitiva** (Tradução Walter S. Maia). São Paulo: Global Editora, 1977. 140 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Plano agrícola e pecuário 2018/2019**. Brasília: MAPA, 2018/2019. Disponível em: [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br). Acesso em: 23 de abr. de 2019.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, nº 38, dossiê, p. 68-105, 2017.

\_\_\_\_\_. **Economicando**. Moçambique: Alcance Editores, 2009. 168 p.

OMAR, Alice. **Sociobiodiversidade e Desenvolvimento Territorial: experiências de pesquisa no cerrado brasileiro e na savana africana**. Palestra proferida na Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Nampula, Nampula, 15 de out. de 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Estrutura fundiária e dinâmica socioterritorial no campo brasileiro. **Revista Mercator**, Fortaleza, nº 23, v.10, p. 111-128, set./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Institucionalidades frágeis e territórios ativos: a paradoxal eficiência da agricultura camponesa no Brasil. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, Ano XXVI, n. 1, p. 103-123, jan./jul. 2015.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925)** (Tradução Fernando Andrada Tapia). Madrid: Alianza Editorial, 1983. 327 p.

\_\_\_\_\_. **Marx tardio e a Via Russa: Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 383 p.

SILVA, Edson B. da. **Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO**. 2014. 236 p. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás). Goiânia, 2014.

SILVA, Edson B. da. **Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)**. 2018. 528 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás). Goiânia, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. *In: Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 77-110.

TEIXEIRA, Gerson. A sustentação política e econômica do agronegócio no Brasil. *In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*. p. 13-30. Jul./2013. Edição especial.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional** (Tradução de Rosaura Eichemberg). 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

VERGÉS, Armando Bartra. Rosa Luxemburgo: violencia y despojo en los arrabales del capital. *In: DAZA, Germán Sánchez; BÉJAR, Alejandro Álvarez. Reproducción, crisis, organización y resistencia: a cien años de la acumulación del capital, de Rosa Luxemburgo*. Puebla, México: BUAP, FISYP, CLACSO, 2014b. p. 187-204.

Artigo recebido em 09-05-2019  
Artigo aceito para publicação em 21-07-2019